

Pressões de Belém levam PS a hesitar no agendamento da eutanásia

Parlamento. Diploma do PS abrindo portas à eutanásia foi entregue há um mês e meio. Apelo do PR para que se adiem matérias fracturantes poderá levar o PS a deixá-lo caducar com a legislatura

■ JOÃO PEDRO HENRIQUES

O Presidente da República pediu aos deputados que evitassem agendamentos "fracturantes" no final da legislatura, a maioria PS tem em geral acatado, mas falta ainda decidir sobre o que fará com o mais controverso de todos os diplomas: o que abre as portas à eutanásia.

O projecto de lei 788/X, intitulado "Direito dos doentes à informação e ao consentimento informado" – mas também conhecido por "Lei do Testamento Vital" – foi apresentado pelo PS, já foi aprovado na generalidade (em 28 de Maio passado, com os votos contra da direita parlamentar) e encontra-se agora na comissão de Saúde. Entretanto, vai escasseando o tempo para agendar a sua votação final no

Só há mais um plenário da AR para a lei do testamento vital ser votada

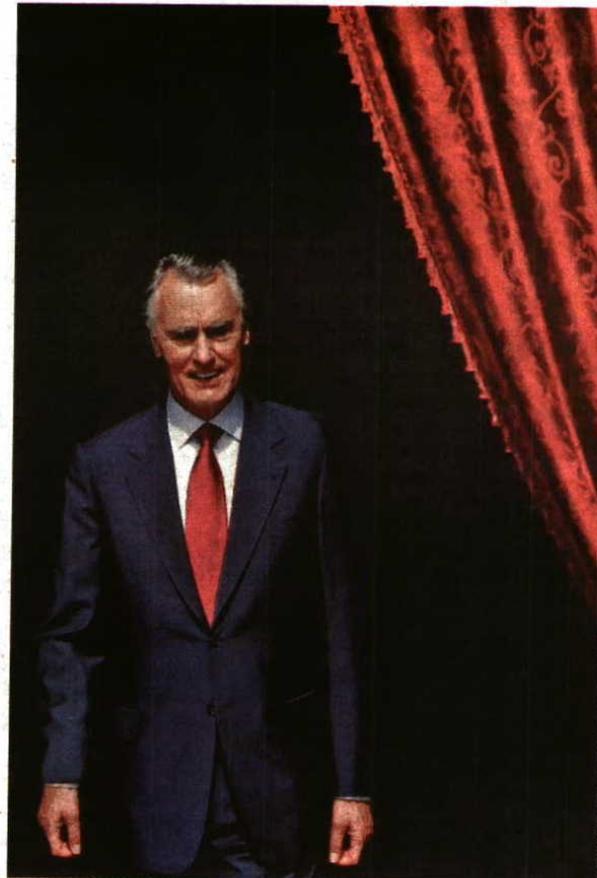
plenário parlamentar, como ontem reconhecia ao DN um membro da direcção parlamentar socialista: "Não sei se há tempo. Se der tempo, será votado." O Parlamento fecha para férias de Verão no final da próxima semana. Está marcada uma única sessão do plenário, que reunirá quinta-feira, todo o dia.

As hesitações do PS prendem-se, precisamente, com os apelos do Presidente para que se travem as leis mais polémicas. Não há quem desconheça a visão conservadora do Presidente sobre as chamadas "questões civilizacionais".

Cavaco Silva vetou o novo regime do divórcio (que a esquerda parlamentar voltou a aprovar, ignorando o essencial das críticas presidenciais), exprimiu reservas sobre o novo regime da procriação medicamente assistida e só contrariado viabilizou o referendo à despenalização da interrupção voluntária de gravidez. A Lei do

Testamento Vital prevê que um doente tem o direito de, estando consciente e plenamente informado pelos médicos, recusar tratamento médico, mesmo que isso possa implicar a sua morte.

Após o longo braço de ferro entre a maioria PS e Belém na questão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores (que o Presidente foi obrigado a promulgar, assumidamente contrariado e porque o Parlamento, quase por unanimidade, lhe ignorou as críticas), os socialistas começaram a ser



Cavaco Silva apelou à contenção legislativa dos deputados

mais contemporizadores com as sugestões de Belém. Cavaco Silva vetou a obrigação do voto presencial dos emigrantes (ou seja, a proibição do voto por correspondência) e os socialistas deixaram cair o seu reagendamento; também vetou o novo regime do financiamento partidário (que aumentaria exponencialmente a possibilidade de os partidos se financiarem com donativos privados) e a lei morreu, só podendo agora ser retomada na próxima legislatura; devolveu igualmente à Assembleia da República e nova lei, proposta pelo Governo, anti-concentração dos media, e o destino voltou a ser o mesmo: projecto arquivado; aconteceu precisamente o

A nova lei do Testamento Vital

● **Consentimento** Um doente pode, em consciência, desde que plenamente informado pelos médicos, recusar tratamento médico.

● **Revoção de consentimento** Um médico pode revogar o consentimento se as condições de tratamento entretanto evoluírem.

● **Objecção de consciência** Um médico pode recusar o "testamento vital" mas o doente terá então o direito a um médico alternativo.

Um apelo que está a ser seguido

Na última reunião do plenário da AR, antecorrem, os socialistas – numa atitude muito pouco habitual – entregaram quatro requerimentos pedindo para que quatro diplomas não fossem votados: a Lei dos Portos (que aliás esta semana motivou uma muito barulhenta manifestação de estivadores frente à AR, manifestação marcada por insultos ao primeiro-ministro); os estatutos das Estradas Nacionais; da Ordem dos Enfermeiros; e da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. José Junqueiro, da direcção da bancada do PS, assumiu a influência de Cavaco: "Se assim não for, o que vai parecer ao Presidente da República?" Em declarações ao *Público*, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, explicou: "Há matérias legislativas mais complexas e merecedoras de maior aprofundamento em termos de soluções técnicas e políticas." Esta semana, o PR pediu também a atenção dos deputados para os problemas no recenseamento eleitoral suscitados pela Comissão Nacional de Protecção de Dados.

mesmo com a nova lei do segredo de Estado, aprovada pelo PS e pelo PSD, que iria resolver, ao fim de 15 anos de vazio, o problema da fiscalização da classificação de documentos. Socialistas e social-democratas argumentaram com falta de tempo para voltarem a pegar no diploma. Caducará com o fim da legislatura.

Entretanto, já foi aprovada, em versão final, a lei das uniões de facto, matéria que também suscita reservas em Belém. O diploma, apresentado pelo PS, reforça os direitos dos que vivem em união de facto, nomeadamente os direitos de herança quando um dos cônjuges morre. Aguarda redacção final. ■